

Orçamento poderá manter subvenções

Extintas na Operação Desmonte, elas deverão ser reincluídas por decisão do Congresso

BRASÍLIA — A primeira reformulação que o Congresso nacional deverá fazer no orçamento da União para 1989 é reincluir as verbas do programa de subvenções e entidades sociais que, desde 1948, são distribuídas por deputados e senadores. O programa foi eliminado na Operação Desmonte com o objetivo de ajudar a reduzir o déficit público a 2% do PIB em 1989, estabelecido como meta em acordo com o FMI. A comissão mista de orçamento do Congresso, instalada ontem, vai rever esse e outros cortes, discutir prioridades e inovações, com destaque para a indexação contida no projeto enviado ao Congresso.

A comissão tem inteira liberdade para modificar o orçamento sem nenhum compromisso com planos ou políticas do governo. Os 60 parlamentares que a integram sentem-se descomprometidos com a redução do déficit, com a indexação, ou qualquer outra inovação do orçamento, embora o senador Almir Gabriel, relator da comissão, tenha assegurado "o compromisso com a estabilidade econômica do País". O presidente do grupo, deputado Cid Carvalho, afirma que o "orçamento é um instrumento da Nação e não do Poder Executivo". E justifica a importância das subvenções, por exemplo, que caíram na Operação Desmonte: "Os deputados e senadores contam com isso para atender a uma grande área política"; milhares de instituições assistenciais, educacionais e sociais tam-

bém contam com isso; o Congresso tem que interferir nestes casos".

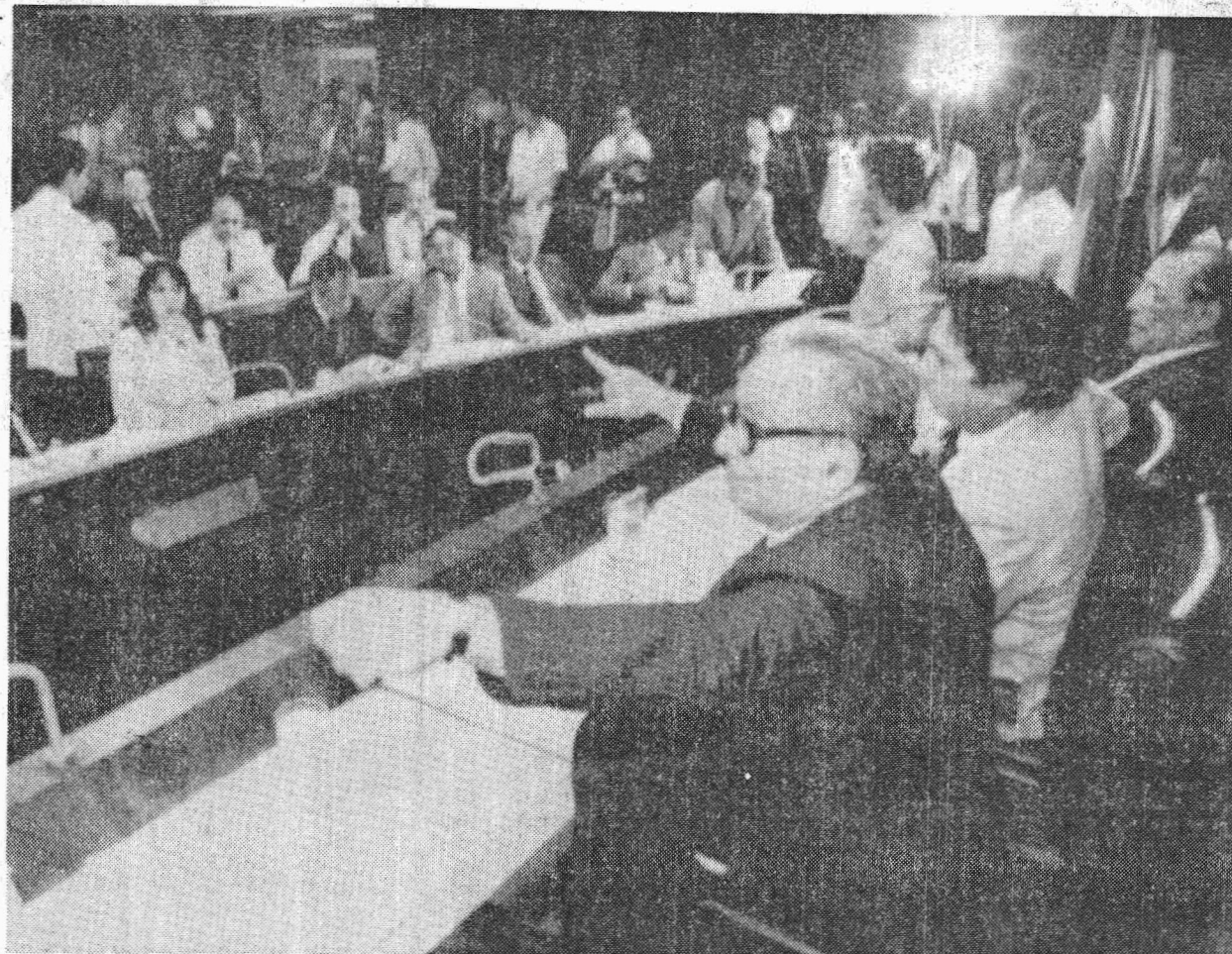
TRANSFERÊNCIAS

No dia 14, a mensagem sobre o orçamento será lida oficialmente no Congresso e os relatores poderão começar a analisá-la, por áreas, recebendo emendas. Dessas normas internas, pelo menos 18 dispositivos regulam a concessão de subvenções e a análise de emendas sobre elas, o que indica a certeza de sua reinclusão no orçamento. Até 15 de dezembro o orçamento estará votado.

Só existem dois limites impostos ao Congresso pela nova Constituição: não podem ser alteradas as dotações de pessoal e serviço da dívida, além das transferências tributárias para Estados, municípios e Distrito Federal.

A comissão poderá transferir verbas de um ministério para outro, cancelar programas empregando as dotações em outros e até criar despesas, desde que aponte a receita correspondente. "Se considerarmos que a situação nacional exige mais recursos, será possível indicar a criação de receita através de impostos."

O relator da comissão, senador Almir Gabriel, chama a atenção para um aspecto do orçamento que deverá merecer cuidados redobrados dos parlamentares: a indexação introduzida como uma característica específica de programas que visam a conter o déficit. "A comissão não se antepõe ao Executivo. Vamos discutir as opções políticas que o orçamento traduz", afirma Gabriel. Quanto à reposição de programas que foram cortados, como o das subvenções distribuídas por parlamentares, os recursos tanto poderão vir de projetos cancelados pela comissão como, também, da reserva de contingência, prevê Carvalho.



André Dusek/AE

De braços abertos, o presidente da comissão, Cid Carvalho, defende as subvenções